

ENTRE O SABER ESCOLAR E O SABER ACADÊMICO: O POPULISMO NO ENSINO DE HISTÓRIA DA REDE BÁSICA DO ESTADO DO MARANHÃO.

MANOEL AFONSO FERREIRA CUNHA*

RESUMO: Este artigo tem o propósito de refletir acerca das rupturas e continuidades existentes na discussão sobre a experiência populista brasileira presente nos livros didáticos. Para tal análise, faz-se necessário recorrer à atualidade das discussões teóricas sobre o populismo no campo historiográfico. Para isso, utilizaremos o livro “Conexões com a História” da Editora Moderna, de autoria dos historiadores Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira. O seguinte trabalho nasce da inquietação em identificar se ainda existe considerável distanciamento entre o conhecimento produzido na academia sobre o tema do “populismo” e o conteúdo abordado nos materiais didáticos de História para os alunos da Educação Básica. Julgamos necessário, para tal proposta, estabelecer uma revisão historiográfica acerca do “populismo” em diálogo com a revisão historiográfica sobre o Maranhão no período populista, como também em debate com a atual literatura acerca da relevância dos livros didáticos para o Ensino de História.

Palavras-chave: Populismo; Livro didático; Maranhão.

INTRODUÇÃO

O seguinte trabalho nasce da inquietação em identificar se ainda existe considerável distanciamento entre o conhecimento produzido na academia sobre o tema do “populismo” e o conteúdo abordado nos materiais didáticos de História para os alunos da Educação Básica. Julgamos necessário, para tal proposta, estabelecer uma revisão historiográfica acerca do “populismo” em diálogo com a historiografia do Maranhão durante período populista, assim como também um debate com a atual literatura que versa sobre o papel dos livros didáticos no ensino.

Portanto, este artigo tem o propósito de refletir a respeito das rupturas e continuidades existentes na discussão sobre a experiência populista brasileira presente no material didático de história. Para tal análise, faz-se necessário recorrer à atualidade das discussões teóricas

* Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto Superior Franciscano (IESF). Mestrando em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação: História, Ensino e Narrativas da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHEN-UEMA). Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), grupo de estudos vinculado à mesma instituição. Bolsista de Mestrado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Ciência no Maranhão (FAPEMA). Atua na área de pesquisa em Didática, Imprensa e Ensino de História no Maranhão.

sobre o populismo no campo historiográfico. Esse esforço se faz extremamente necessário como intuito de esclarecermos os avanços e retrocessos que este suporte pedagógico, por vezes único capital cultural disponível para o aluno.

Para isso, utilizaremos o livro “Conexões com a História” da Editora Moderna, de autoria dos historiadores Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira. A opção por esse material didático se justifica pelo seu uso em várias escolas da rede básica de ensino do Estado do Maranhão, especialmente a Escola Modelo Benedito Leite, instituição na qual desenvolvi meus estágios de docência no Ensino Fundamental e Médio no ano de 2015, período marcado pela vigência do PNLD¹ 2015 a 2017.

O NACIONAL-ESTATISMO BRASILEIRO: POPULISMO OU TRABALHISMO?

Os anos de 1960 foram marcados pela intensificação das contradições do sistema capitalista no Brasil, trazendo consigo fortes tensões de classe oriundas do movimento de 1930 que levara Getúlio Vargas ao poder. Nessas décadas marcadas pelo avanço urbano-industrial aliado a um pacto de conciliação de classes de caráter trabalhista, o país altera profundamente seu perfil socioeconômico, antes de predomínio agroexportador, para uma essência industrializante e urbanizadora.

Essa importante alteração foi reflexo da perda de hegemonia do setor oligárquico-cafeicultor, que viu na Era Vargas o momento de consolidação da fração industrial burguesa no comando do Estado restrito brasileiro². A implementação de um setor estatal

¹ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica. O programa é executado em ciclos trienais alternados. Assim, a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. À exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para utilização por outros alunos por um período de três anos. O PNLD também atende aos alunos que são público-alvo da educação especial. São distribuídas obras didáticas em Braille de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia e dicionários. A Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM) é responsável pela avaliação e seleção das obras inscritas no Programa Nacional do Didático (PNLD) e no Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), bem como pela elaboração do Guia dos Livros Didáticos voltado a auxiliar o professor na escolha dos livros didáticos. Com relação à compra e à distribuição dos materiais didáticos e literários selecionados pelo Ministério da Educação no âmbito da Secretaria de Educação Básica (SEB), é importante ressaltar que são de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cabendo a este órgão também a logística do provimento e do remanejamento dos materiais didáticos para todas as escolas públicas do país cadastradas no censo escolar. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>).

² De acordo com as elaborações teóricas do filósofo marxista Antonio Gramsci, as sociedades ocidentais apresentam um Estado em sentido amplo, ou seja, a superestrutura é o conjunto de duas esferas: a) sociedade política (ou Estado em sentido restrito): formada pelo conjunto de elementos utilizados pelas classes dominantes como substrato de detenção do poder através do monopólio do aparato coercitivo; b) sociedade civil: organismos responsáveis pela difusão de ideologias, exemplos disso são: sistema escolar, igrejas, partidos políticos,

fundamentado na indústria de base acabou desenvolvendo um mercado interno cada vez mais amplo, sendo cada vez mais atrativo ao capital estrangeiro.

Para isso, era indispensável a existência de um regime que associasse a nova divisão do trabalho com o processo de industrialização acelerado. Conseqüentemente, tornava-se fundamental estabelecer uma hegemonia ideológica em torno de tal projeto, como afirma o historiador Jacob Gorender:

O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse entre burgueses e operários. O populismo foi à forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve um elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada a massas de baixo nível de construção de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não a sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social. (GORENDER, 1987, p.16)

O projeto populista, retratado pela ação de Estado como mediador dos interesses conflituosos entre classes, logo se tornou perceptível a partir do processo intenso de conscientização ideológica por parte dos trabalhadores brasileiros. A trajetória de lutas e reivindicações das massas subalternas, ainda na década de 1960, estavam em conflito direto com os ideais burgueses.

O desaquecimento das economias centrais do planeta incentivou, por parte de muitos países periféricos, a busca por alternativas autônomas de desenvolvimento visando a superação da dependência tanto econômica quanto política em relação às grandes potências do mundo. Em patamar global, esse programa tornou-se conhecido como "nacional-estatismo", tendo suas variações nacionais representadas pelo *cardenismo* no México, *peronismo* na Argentina e o *trabalhismo* no Brasil.

Este projeto se baseava no estabelecimento de um Estado forte, centralizado, interventor e planejador, além de organizar a vontade coletiva em prol de uma ideologia alicerçada num partido político de dimensão nacional, que através de uma liderança carismática, pudesse convergir às atenções de empresários e trabalhadores. Especificamente no Brasil, revelou-se nacional por conta do financiamento estatal do setor industrial, valorizando a identidade cultural brasileira; e estatista, pois, através da criação de empresas

associações de classe, veículos de comunicação. Este é o espaço que as classes exercem sua hegemonia, quando dominantes, e a contra hegemonia, quando dominadas.

estatais, visava-se fortalecer o setor público em detrimento da esfera privada. O nacional-estatismo ganha terreno na política brasileira num momento em que:

(...) as ideias dominantes na Primeira República não reconheciam o valor do trabalho e do trabalhador. Não havia relação entre trabalho e riqueza. O trabalhador era pobre e era bom que permanecesse nesse estado, pois somente assim ele trabalharia (FERREIRA, 2012, p.298).

Após Revolução de 1930, com a ascensão do trabalhismo, capitaneado por Getúlio Vargas, a leitura obtida do trabalho foi sendo modificada e dissociada da noção escravocrata, muito por intermédio do próprio Estado. Agora valorizado como atividade merecedora de recompensa material, o a atividade laboral passa a ser cada vez mais bem reconhecida dentro da sociedade como um todo. A noção de "justiça social" estava agora muito presente em todas as relações entre Estado e classe trabalhadora.

Um dos principais reflexos dessa conjuntura foi à criação das leis trabalhistas. A regulamentação do trabalho infantil e feminino, a criação das férias, horas extras, pensões e aposentadorias, bem como a redução da jornada de trabalho, e outras benesses, acabaram por incentivar a elaboração da Justiça do Trabalho, mecanismo estatal responsável pela mediação das relações trabalhistas entre patrões e empregados, algo antes inexistente no Brasil.

A agenda trabalhista de Vargas também teve como um de seus pilares a valorização da identidade cultural brasileira. Esse processo se deu de forma muito bem elaborada através da criação de importantes órgãos como o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial e o Museu da Inconfidência. Para sustentar essa estrutura, recorreu-se a importantes quadros intelectuais do país na época como: Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Villa-Lobos, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Cândido Portinari, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, Vinicius de Moraes, Graciliano Ramos, dentre outros. Essa intelligentsia teve intensa participação na gestão, desenvolvimento e elaboração de projetos culturais e educacionais para o país.

No entanto, com o passar do tempo, o termo trabalhismo foi perdendo espaço para uma nomenclatura que se tornou conhecida até os dias atuais, o populismo. O historiador Jorge Ferreira identifica o momento que em ocorre essa mudança na leitura histórica do período:

Formulada muito lentamente nos anos 1950, foi após o golpe militar de 1964 que a teoria do populismo começou a tomar corpo e forma. De início, tratava-se de um conjunto de insultos que a direita civil-militar, vitoriosa com o golpe, dedicou aos trabalhistas: demagogia, manipulação, corrupção, entre outros. Ao mesmo tempo, as esquerdas revolucionárias igualmente

passaram a desqualificar o passado anterior ao golpe: sindicatos atrelados ao Estado, manipulação de líderes burgueses de massa, falta de consciência de classe etc. Foi à publicação do livro *O populismo na política brasileira*, de Francisco Weffort, porém, que deu a consistência acadêmica que faltava ao conceito. Assim, a teoria do populismo, pelo menos até meados dos anos 1980, tornou-se hegemônica para os estudos da política brasileira no período. (FERREIRA, 2012, p.311)

Trazendo uma perspectiva materialista histórica para a análise da experiência "populista" no Brasil, o historiador uruguaio René Armand Dreifuss, em obra intitulada *1964 a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* enfatiza que:

Sob a égide do Estado Novo teve início o primeiro estágio da nacionalização formal da economia com a criação de empresas estatais, autarquias mistas e o estabelecimento do controle nacional sobre certas áreas de produção estratégicas, como mineração, aço e petróleo. O Estado tornou-se importante produtor de bens e serviços de infraestrutura e abriu caminho para o desenvolvimento industrial privado do Brasil (DREIFUSS, 2008, p. 31).

A crise de hegemonia envolvendo as frações de classes dominante no início do século XX no Brasil foi parcialmente solucionada pelo "Estado de compromisso" varguista, onde, tanto o setor agrário-exportador, quanto o urbano-industrial se beneficiaram das benesses da máquina estatal. Isto somente foi possível por conta de algumas concessões cedidas também às classes subalternas do país.

A destituição de Vargas em 1945 marca o fim do Estado Novo, mas não o encerramento das políticas trabalhistas. Seu sucessor, Marechal Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra do próprio Getúlio Vargas, anos antes, liderando a chapa entre o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chega ao poder sob a égide da democracia liberal. Porém, cabe ressaltar que algumas posturas alinhadas ao nacional-estatismo à brasileira permaneceram, dentre elas o privilégio à fração industrial dentro da esfera estatal, assim como a relação extremamente autoritária com a classe trabalhadora.

Algumas medidas representam bem essa faceta, dentre elas a formação de um ministério com quadros da União Democrática Nacional (UDN), partido de forte teor liberal; a intensa repressão aos sindicatos, partidos de esquerda e movimento sociais diversos; e a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), um reduto de militares e empresários conservadores que anos depois fomentará as bases do golpe empresarial-militar³ de 1964.

³ A opção pelo termo "Empresarial-Militar", no que se refere tanto ao golpe de 1964, quanto ao regime autoritário subsequente, representa um posicionamento do autor dentro dos embates inerentes a historiografia do tema. Tendo em vista a utilização do termo "Civil-Militar" por uma corrente revisionista, que será analisada posteriormente neste trabalho, que confirma e reproduz uma série de mistificações sobre o período, esse trabalho

Na recondução de Vargas ao executivo federal em 1950, mediante aliança populista alicerçada por membros do empresariado nacional, bem como setores da elite agrária e grande parcela do operariado urbano, seu governo ficou marcado por intensos conflitos de interesses, como destaca Dreifuss:

Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a Segunda Guerra Mundial seriam deixados nesse arranjo sem adequada representação nos canais formuladores de diretrizes políticas. Os interesses multinacionais tentariam agressivamente mudar essa situação, justamente com interesses locais que temiam a ascendência política de Getúlio Vargas e com forças reacionárias acuadas com as medidas sociodemocráticas com as quais Getúlio parecia ameaçá-las. Derrotado por outro golpe militar em 1954, Getúlio Vargas recusou-se a renunciar e suicidou-se. Agindo dessa forma, ele explicitamente condenou, na sua carta-testamento, o que percebeu ser uma conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas (DREIFUSS, 2008, p.42).

Acreditava-se que com a morte de Getúlio Vargas morreria também o projeto trabalhista, no entanto, não foi o que se viu com a ascensão de Juscelino Kubitschek ao poder. O que pôde ser notado a partir de 1955 foi a remodelagem das diretrizes estatizantes através do projeto "50 anos em 5". Dentro dessa proposta foi estabelecido o *Plano de Metas*, que tinha o objetivo de modernizar aceleradamente o país. Os principais símbolos deste programa foram à construção da nova capital Brasília e a abertura do mercado brasileiro para ampla entrada de capital estrangeiro, com destaque para as indústrias automobilísticas.

A reabertura do Congresso nacional, o estabelecimento de novas relações de trabalho com o desenvolvimento do setor terciário de bens e serviços e a formação de novos segmentos de trabalho trouxe segundo René Dreifuss:

(...) características clientelistas, cartoriais, paternalistas que serviram por um breve período para reproduzir ideologicamente e recriar politicamente a ideia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípios da década de 1960 (DREIFUSS, 2008, p.36)

Em 1960 finalmente UDN, partido político baluarte dos ideais liberais dentro do país, havia chegado ao poder máximo através da figura de Jânio Quadros, quadro político do Estado de São Paulo, que tinha como tarefa principal varrer a corrupção do Brasil. Seu vice-

endossa a necessidade de aplicação do termo "Empresarial-Militar", originalmente proposto pelo historiador René Armand Dreifuss em sua obra *1964: a conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*, na qual é ressaltado o caráter classista do Golpe e da Ditadura.

presidente, em eleição separada, foi João Goulart, do PTB, partido varguista de agenda política oposta a do então presidente eleito.

Gestão marcada por peculiaridades como a política de distribuição de bilhetinhos; o flerte com a esquerda através da condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, maior honraria que se poderia conferir a um estrangeiro; implantação de programa econômico de viés austero; e relação extremamente conturbada com base aliada e o Congresso nacional, constituíram elementos suficientes para gerar uma crise institucional no governo de Jânio. Fruto dessa crise, meses depois, a renúncia, trazendo espanto a um país inteiro, como afirma Thomas Skidmore:

Seu gesto caiu como uma bomba sobre a nação. Os milhões de brasileiros que lhe deram o voto ficaram perplexos vendo frustradas suas melhores esperanças. Embora possa ter pensado que o Congresso o chamaria de volta dando-lhe poderes para governar ao estilo de um De Gaulle (o que aparentemente desejava), Jânio abandonou Brasília no mesmo dia e se foi incógnito (SKIDMORE, 1988, p.29).

A chegada de João Goulart à presidência da República representou um novo fôlego ao projeto nacional-estatista, gestado e desenvolvido na Era Vargas. Figura política do PTB, principal agremiação partidária do campo trabalhista na época, também ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas, Jango assume o poder no auge da efervescência política do país. Uma das principais objeções do próprio Goulart, como também do PTB e das diversas denominações no âmbito das esquerdas, as reformas de base⁴, um conjunto de políticas públicas que objetivavam a transformação estrutural da economia, sociedade e política do país, surgem como principal agenda de governo.

Bandeira tradicional dos setores trabalhistas, nacionalistas e de esquerda do país, as reformas de base não eram bem vistas pelos setores liberais e conservadores de nossa sociedade naquele momento. Essa negativa de segmentos à direita do espectro político nacional às propostas reformistas de João Goulart vão justificar ações conspiratórias e golpistas que irão destituí-lo do poder em 1964.

Aquilo que queremos ensinar neste espaço é justamente o fato de que Jango teve um papel direto na atualização do projeto nacional-estatista de Getúlio Vargas para a década de 1960. Reflexo disso foi às inúmeras ações de governo em prol da ampliação da cidadania para parcelas da sociedade antes alijadas. Os altos investimentos na indústria de base, a execução do Plano Nacional de Educação, que representou a ampliação do acesso à educação escolar, o

⁴⁴ Conjunto de reformas estruturais propostas pelo governo do presidente João Goulart. Essa agenda reformista tinha como objetivo promover significativas alterações nos setores econômicos, educacional, político e agrário, visando à diminuição da desigualdade social no país.

financiamento público para construção de conjuntos habitacionais, hospitais, além da concessão de benefícios previdenciários e sindicais ao trabalhador rural constituíram a nova roupagem do projeto trabalhista.

Logo, é extremamente caro a esta pesquisa discutir o processo de transição conceitual desse projeto de políticas públicas que marcou a primeira metade do século em nosso país. Sendo assim, é conveniente examinar em que momento da nossa história o trabalhismo começou a ser classificado como populismo, conceito até hoje tão usado para se referir a certas condutas políticas.

Primeiramente é primordial acentuar que a década de 1950 marca o estágio de gênese do termo populismo dentro da política brasileira, no entanto, a conceituação ganha força após o golpe empresarial-militar de 1964, como afirma o historiador Jorge Ferreira:

De início, tratava-se de um conjunto de insultos que a direita civil-militar, vitoriosa com o golpe, dedicou aos trabalhistas: demagogia, manipulação, corrupção, entre outros. Ao mesmo tempo, as esquerdas revolucionárias igualmente passaram a desqualificar o passado anterior ao golpe: sindicatos atrelados ao Estado, manipulação de líderes burgueses de massa, falta de consciência de classe etc (FERREIRA, 2012, p.311).

Neste sentido, ainda, Jorge Ferreira ressalta a importância de separarmos o trabalhismo do populismo como elemento elucidativo e explicativo de uma determinada temporalidade da história política brasileira. Segundo o professor da Universidade Federal Fluminense:

Trabalhismo, por sua vez, surge historicamente, a partir de 1942, traduzindo um conjunto de ideias, crenças, valores e maneiras de fazer política que passaram a integrar a cultura política no Brasil. Um processo, portanto, histórico. Trata-se, nesse caso, de compreender a classe trabalhadora como sujeito de sua história, com suas escolhas, cuja atuação nos partidos e sindicatos excedia o personalismo (FERREIRA, 2012, p.318).

Enquanto isso, o populismo, por sua vez, surge como um mito, como algo para ser acreditado e não discutido, que resiste às "provas empíricas" (FERREIRA, 2012, p.318). Portanto, concordamos como entendimento de que existia a necessidade de localizarmos tais conceitos (nacional-estatismo, trabalhismo e populismo) a fim de melhor problematizarmos o período de 1930 a 1964.

A POLÍTICA MARANHENSE NO PERÍODO POPULISTA.

A década de 1960 representou para muitos pesquisadores do período o momento de maior efervescência da história política nacional. Naquele período o Brasil vivia um estágio de intensos debates e disputas em torno de um projeto de desenvolvimento mais nacionalista

ou mais dependente do capital internacional, tendo em vista o contexto da Guerra Fria. No entanto, dentro da dinâmica econômica e social do país, conflitos e contradições de classe tornavam-se mais fortes.

Como já vimos anteriormente, a primeira metade do século XX se configurou uma época de gênese e consolidação de um projeto nacional-estatista, tendência em muitas regiões do planeta, e que no Brasil era conhecido como Populismo, que para muitos pesquisadores melhor se definiria como trabalhismo. Esse ciclo de projeção do aparato estatal cada vez mais forte, centralizado trouxe consequências não somente para uma reorganização da política nacional, mas também influenciou nos ditames das governanças locais, como no caso do Estado do Maranhão, objeto de nossa reflexão a partir de agora.

Portanto, é de extrema relevância que discutamos, mesmo que de modo breve, acerca da dinâmica política maranhense nos idos dos anos de 1960. Qualquer reflexão que se proponha a examinar determinados eventos históricos da política nacional sob o prisma dos meios de comunicação regionais, como substrato para o ensino de história do Maranhão, não pode estar desvinculada de uma discussão paralela a respeito da conjuntura política do Estado.

Para pensarmos a História política maranhense na década de 1960 é primordial discutirmos alguns pontos de matriz teórica. Como é sabido por muitos, o desenvolvimento das relações políticas no Maranhão sempre foram pautadas em ligações de grupos políticos oligárquicos. Esta tradição de fazer política em nossa região não é peculiar apenas ao século XX, mas traz uma herança do fim do período imperial de nossa História. Neste sentido, entender qual a ressonância dos eventos políticos de conjuntura nacional dentro do Maranhão, mesmo que pelo olhar dos jornais locais, durante o governo de João Goulart (1961-1964), exige uma percepção das nuances políticas locais e como dialogava a classe administrativa daqui com a esfera federal.

Toda análise que se debruça sobre os aspectos da política do Maranhão necessariamente têm de estar relacionados à formação do Estado brasileiro no sentido de entender que as relações entre sociedade e Estado, levando em consideração os laços entre poder executivo central e instâncias governativas regionais, sempre estiveram pautadas em relações patrimonialistas, como afirma Flávio Reis:

No caso brasileiro, a cooperação a partir das instâncias centrais de governo tornou-se um dos elementos nucleares da formação da estrutura moderna de poder, submetendo as áreas periféricas ou decadentes, mais afeitas à dominação patrimonialista, em contraponto a uma área dinâmica baseada em eixos de representação de base contratual. (REIS, 2007, p. 20)

Portanto, entender o contexto político maranhense em tempos de trabalhismo é compreender que o Estado brasileiro conseguiu se expandir mediante estabelecimento de ligações com os setores oligárquicos regionais. Para isso, era primordial o apoio desses poderes privados, representados pelas autoridades locais, que se tornavam fortes a partir do momento que ganhavam significação no bojo da utilização das benesses do poder público. Corroborando com o pensamento do pesquisador Flávio Reis, a concepção de oligarquia adotada neste trabalho se refere para designar:

A categoria dos políticos que exercem as funções de mediação entre província (Estado) e governo central e de organizações da disputa política no âmbito regional, analisando a constituição desse tipo de ator através de um estudo centrado no caso do Maranhão, uma província (Estado) periférica do nascente Estado Nacional (REIS, 2007, p.22).

Essa consideração nos leva a perceber que a maneira como o Brasil se organizou administrativamente, na transição do Império para República, alicerçada numa essência federalista, se baseou muito mais num compromisso entre grupos oligárquicos locais e o poder executivo central. Estas relações construídas até então ajudam a explicar a forte tradição oligárquica da política maranhense, herança presente até dos dias atuais.

Diante disso, resgatar as especificidades da política maranhense nos anos 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista no país, se tornar uma tarefa mais exitosa no sentido de que podemos conceber esse período histórico a partir da dinâmica relação entre interesses privados e públicos a partir das ligações entre as esferas regionais e o poder central. Sendo assim, cabe a nós localizar a prática política local entre o período de 1945 a 1964.

Com o fim do Estado Novo de Getúlio Vargas terminava também o período de gestão dos interventores⁵ nos Estados. A importante no quadro político nacional obviamente trouxe consideráveis mudanças nos ditames administrativos regionais, no Maranhão esse processo não foi diferente. Existe na historiografia maranhense uma leitura hegemônica de durante o período de redemocratização pós-1945, o interventor Paulo Ramos não conseguira estender sua influência política nos anos seguintes, como afirma o historiador Wagner Cabral:

Com efeito, Paulo Ramos não foi bem sucedido na montagem de uma engrenagem que lhe desse sustentação política após a queda do Estado Novo, tendo renunciado ao cargo e ingressado no PTB, legenda pouco expressiva a nível regional, pela qual foi eleito para um único mandato parlamentar (deputado federal, 1950/1954) (CABRAL, 2006, p.35)

⁵ Prática política adotada por Getúlio Vargas para designar correligionários para os governos das federações sem processo eleitoral qualquer.

Reforçando essa tese, Flávio Reis traz um aprimoramento no sentido de apontar a decadência política do interventor Paulo Ramos e destacar a ascensão de Victorino Freire, estudante de direito pernambucano que faria carreira política no estado do Maranhão:

No Maranhão, Paulo Ramos, ao contrário de outros interventores do Nordeste, não conseguiu comandar o processo eleitoral na saída do Estado Novo. Pediu demissão quando percebeu que se desenhava a influência decisiva do pernambucano Victorino Freire na política estadual, devido a sua proximidade com Gaspar Dutra, o candidato indicado para a presidência por Vargas. (REIS, 2007, p.214)

Figura mais representativa do PSD (Partido Social Democrático), legenda partidária de grande projeção nacional e responsável pela sustentação dos mandonismos locais, Victorino Freire se tornara figura hegemônica na política maranhense até o ano de 1965, quando José Sarney se elege pelo Governador do Maranhão. Nesse ínterim (1945 a 1965), o habilidoso político pernambucano conseguirá reorganizar as bases locais do PSD para as eleições de 1945, logrando êxito nas mesmas ao eleger dois senadores, seis deputados federais, além de ser primordial na escolha do então novo interventor no Maranhão, Saturnino Bello.

A supremacia política vitorinista nem de longe navegou por águas tranquilas, sua dominação era contestada constantemente através de sistemáticas ações de oposição. Dentro do próprio partido se enfrentava resistência ao seu poder, o que posteriormente acabou influenciando em sua saída momentânea para uma legenda de aluguel (Partido Proletário Brasileiro), o resultado dessa crise é relatado na fala de Flávio Reis:

Depois da vitória em 1951, ele recuperou a sigla do PSD, montando uma máquina política famosa pelos atos de violência e manipulação das eleições, capaz de assegurar uma cadeira senatorial ao conhecido empresário das comunicações Assis Chateaubriand, derrotado na terra natal, a Paraíba, mas imprescindível para os políticos nacionais do PSD, às voltas com a costura da candidatura de Juscelino Kubitschek. (REIS, 2007, p.218).

No entanto, esse não foi o único momento que Victorino Freire enfrentou resistência política. Os arranjos partidários de oposição se movimentavam a todo instante no sentido de retirar forças e cargos do político pernambucano. As chamadas *Oposições Coligadas*, frente política de contestação à hegemonia vitorinista, aglutinavam diferentes quadros políticos locais, desde os mais tradicionais, alijados do poder, até os mais novos, como o então advogado e escritor José Sarney. Sobre essa corrente política Wagner Cabral disserta:

As Oposições Coligadas se apresentaram em todos os pleitos ocorridos no período 1950/1965, tendo uma composição partidária variável segundo as

conjunturas. Conforme definição elaborada por Neiva Moreira, a coligação não era de esquerda, porém “representava um passo à frente no quadro político e social do estado, dominado pelas oligarquias rurais”. Era “inegavelmente um movimento progressista”, apoiado virtualmente por todos os sindicatos de São Luís (“inclusive os mais atuantes, como o dos Estivadores e Comerciantes”), desfrutando de “uma grande simpatia no seio da classe média e das populações marginalizadas dos subúrbios” (CABRAL, 2006, p. 38).

No seio das Oposições Coligadas estava o PSP, segunda maior legenda estadual e capitã do movimento oposicionista. Vale pontuar o papel de destaque de Adhemar de Barros no processo de financiamento do partido, o então governador paulista era a maior referência nacional do partido. Embora jamais tivesse alçado ao cargo de maior poder político do estado, as Oposições Coligadas conseguiram eleger vários nomes para os cargos do legislativo.

Porém, sem qualquer sombra de dúvidas, o feito de maior projeção histórica dessa frente de oposição a Victorino Freire foi articular a famosa Greve de 1951. Esse movimento grevista se deu em motivação de protesto à posse do então novo governador Eugenio Barros⁶ do PSD, e apadrinhado político de Victorino. Apontada pelos jornais da época como a “Rebelião do Maranhão”, alçando a cidade de São Luís ao patamar de “Ilha Rebelde”, a greve de 1951 paralisou São Luís em dois momentos: fevereiro/março (por volta de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias).

A grande mobilização de pessoas se manifestando e protestando contra ações do grupo político de Victorino Freire gerou confrontos que resultaram depredações, prisões e mortes. A repercussão foi das maiores, o desgaste da oligarquia vitorinista também, no entanto, o protesto liderado pela frente oposicionista foi derrotado após dias de conflito. Após essa revolta, Eugenio Barros continua seu mandato. Posteriormente o estado do Maranhão foi governado por Alderico Novaes Machado, Eurico Ribeiro e José de Matos Carvalho, todos com mandatos curtos e de pouca relevância histórica a não ser o fato de que estes eram também ligados a Victorino Freire.

⁶ Foi um advogado, promotor público e [político brasileiro](#). Vereador à câmara municipal da capital maranhense São Luís entre 1947 a 1950, Deputado Estadual de 1950 a 1954, Deputado Federal de 1954 a 1958 e de 1958 a 1962, pelo PSD. Em 1954, renuncia à suplência de senador para possibilitar a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado pelo Maranhão, em 1955. No governo de Matos Carvalho, ocupa a secretaria de Interior, Justiça e Segurança, no exercício da qual se habilita a candidatar-se a governador. Vitorioso no pleito de 1960 juntamente com o seu vice na chapa Alfredo Duailibe. Ele foi o último governador eleito pelo grupo chefiado à época pelo o Senador Vitorino Freire, com quem rompe em 1964. Foi [governador](#) do estado do [Maranhão](#), de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

Sem dúvida, a última mostra de poder por parte de Victorino Freire dentro da política maranhense foi arquitetar a chegada de Newton de Barros Belo⁷ ao governo do Maranhão em 1961. Sobre este período Flávio Reis nos traz importante contribuição:

O domínio de Victorino Freire na política maranhense esteve marcado por uma sucessão de crises políticas, enfrentando constantes dissidências dentro do PSD e conseguindo contornar o cerco ao Palácio dos Leões graças a manobras quase inacreditáveis na Assembleia Legislativa e no Judiciário, sempre referendadas nos altos escalões da República. A conjunção do enfraquecimento no plano nacional, devido à crise do esquema de sustentação do PSD, e o rompimento com o governador Newton Bello, um dos vários que surgiram à sua sombra, formam o quadro de derrocada do vitorinismo (REIS, 2007, p.218).

Como podemos perceber o período em que se inicia o processo de decadência política de Victorino Freire, figura hegemônica e de maior representação do mandonismo oligárquico local nas décadas de 1950 e 1960, auge da experiência trabalhista nacional, se dá paralelamente ao momento em que ascende à presidência da república João Goulart do PTB, enfraquecendo a rede de ligações exercidas pelo PSD em escala nacional após o golpe de 1964, evento que vai mudar e reorganizar a política como um todo no Brasil.

Neste sentido, a historiografia traz uma importante contribuição no que se refere aos estudos acerca do trabalhismo como experiência nacional-estatista percebida em uma grande estrutura, assim como sobre o período do governo João Goulart e o golpe de 1964, e também acerca da dinâmica política do Maranhão durante esses anos. Com intuito de estreitar os laços entre saber acadêmico, representado pelas pesquisas abordadas e revisadas neste espaço, e o saber escolar, objeto de análise do próximo capítulo, é que se faz necessário analisar o contexto histórico do período para que sirva de substrato teórico do professor de história em sala de aula.

A partir do momento que existir esta aproximação entre o campo teórico da historiografia sobre o tema (governo João Goulart) e os aspectos metodológicos de ensino (livro didático e jornais), existirá a real possibilidade de alteração, dentro da proposta desta pesquisa, de se trabalhar uma nova reconfiguração da prática pedagógica para o ensino de História na educação básica.

⁷ Foi um advogado, promotor público e [político brasileiro](#). Vereador à câmara municipal da capital maranhense São Luís entre 1947 a 1950, Deputado Estadual de 1950 a 1954, Deputado Federal de 1954 a 1958 e de 1958 a 1962, pelo PSD. Em 1954, renuncia à suplência de senador para possibilitar a eleição de Assis Chateaubriand ao Senado pelo Maranhão, em 1955. No governo de Matos Carvalho, ocupa a secretaria de Interior, Justiça e Segurança, no exercício da qual se habilita a candidatar-se a governador. Vitorioso no pleito de 1960 juntamente com o seu vice na chapa Alfredo Duailibe. Ele foi o último governador eleito pelo grupo chefiado à época pelo o Senador Vitorino Freire, com quem rompe em 1964.

O “POPULISMO” NO LIVRO DIDÁTICO: “CONEXÕES COM A HISTÓRIA”.

Como já citamos anteriormente, um dos objetivos neste espaço do texto é discutir criticamente sobre alguns livros didáticos utilizados na rede pública⁸ como forma de esclarecer esse distanciamento entre saber acadêmico e saber escolar dentro do Ensino de História no Estado do Maranhão. Mas antes de iniciarmos tal proposta, é necessário destacarmos a importância da utilização dos manuais didáticos, ou livro didático, expressão esta que iremos adotar ao longo do texto, como arcabouço documental no processo de produção histórica.

Assim como em toda fonte histórica, não é tarefa fácil trabalhar com o livro didático. Ao adotarmos esse tipo de recurso documental, devemos estar totalmente cientes da complexidade do manuseio deste tipo de material. Primeiramente, precisamos reconhecer que esse objeto de pesquisa remete as questões externas ao próprio livro. Enquanto objeto cultural e político, reflexo de intensas relações de poder e saber, essas obras constituem-se espaços de disputas políticas e relações de saber.

Célia Rocha em *O livro didático como fonte documental de pesquisa para a investigação do discurso eugênico na educação (1946-1961)* afirma de maneira pontual o quão é complexo trabalhar com esse tipo de instrumento no que se refere à necessidade de ultrapassar os limites físicos do manual didático:

Todo este deslocamento torna a pesquisa com este tipo de fonte, extremamente complexa, principalmente na perspectiva histórica, onde o manual escolar quando utilizado, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa exige que sua análise contemple um diálogo tanto com a educação, quanto com a história, a ciência, o social e a cultura. (ROCHA, 2015, p.2)

Partindo dessa perspectiva, entende-se o livro didático como um objeto de estudo diversificado tendo em vista sua pluralidade. Este pode ser lido como um produto político, cultural, mercadológico, ou seja, um suporte de métodos e conhecimentos transmissor de valores, ideologias e cultura.

⁸ É importante ressaltar que o livro adotado neste trabalho "Conexões com a História", de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira, da editora Moderna, é utilizado em algumas escolas da rede pública estadual de ensino, mas não em todas. Justificamos a escolha deste livro pelo seu uso na Escola Modelo Benedito Leite, uma das mais tradicionais escolas públicas do Maranhão, local que desenvolvi todo meu estágio curricular durante a graduação.

Contribuindo com o debate relativo ao uso do livro didático como fonte primária na pesquisa histórica, temos o trabalho de André Mendes Salles, intitulado *O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional*. O autor, ao longo do seu artigo, sustenta a tese de que o manual didático, lido como fonte documental, apresenta múltiplas possibilidades de pesquisa e interpretação.

Para ele, devemos encarar o livro didático não só como um simples manual escolar, mas também como um "*complexo objeto cultural que enseja novas possibilidades de pesquisa*" (SALLES, 2011, p. 1). Outro ponto a se destacar é o amplo leque de peculiaridades relativas ao período histórico que o livro didático faz referência, pois podemos compreender, a partir do estudo dessa fonte, a História da Educação em aliança com o entendimento da sociedade vigente.

Corroborando com a ideia de Mendes Salles de que o livro didático representa um avanço teórico-metodológico, temos o importante trabalho de Rosa Lygia Teixeira Corrêa. Em *O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação* a professora da PUC-Campinas compreende seu objeto de estudo como um "*possuidor de valores que desejou fossem transmitidos num dado momento histórico ao mesmo tempo em que é portador de um projeto de nação a ser construído por meio da educação escola.*" (CORRÊA, 2000, p.11).

Outras questões referentes ao estudo do livro didático como fonte histórica são de extrema importância a serem aqui analisadas. Podemos apontar duas importantes variantes que, segundo Alain Choppin em *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte* indicam sérias problemáticas teórico-metodológicas. A primeira delas: relaciona-se à própria definição do objeto, o que se traduz muito bem na diversidade do vocabulário e na instabilidade dos usos lexicais. Na maioria das línguas, o "livro didático" é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível explicitar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das denominações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem àquilo que elas designaram por um determinado tempo (CHOPPIN, 2004, p.549).

Enquanto que o segundo obstáculo se refere ao caráter recente dessa área de pesquisa, pois, segundo o próprio autor:

A segunda dificuldade diz respeito ao caráter recente desse campo de pesquisa: as obras de síntese ainda são raras e não abrangem toda a produção didática nem todos os períodos; a produção científica que trata especificamente da história da literatura e das edições didáticas constitui-se

essencialmente de artigos (geralmente capítulos de livros) publicados em revistas ou livros (de uns tempos para cá também em sites) onde, na maior parte das vezes, ninguém pensaria em procurá-los (CHOPPIN, 2004, p.550).

O professor francês, um dos grandes especialistas nos estudos de livro didático no mundo, conclui que houve uma mudança de perspectiva na abordagem desse tipo de fonte. Antes tido apenas como manuais ideológicos e culturais, hoje muitas pesquisas refletem acerca do livro escolar também como instrumentos pedagógicos e didáticos pautados de interesses comerciais.

Circe Maria Bittencourt, outra grande estudiosa da educação, traz notáveis reflexões acerca do livro didático, sobre levantando aspectos não tocados em nosso debate até então. Em comparação com outras obras impressas, a partir de seu trabalho *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*, a professora da Universidade de São Paulo (USP) destaca as peculiaridades inerentes à produção do livro didático.

No que se refere à produção, circulação e manuseio desse tipo de material, ela destaca a importância da autoria, elemento fundamental no processo de escrita e fabricação do livro. Ao pontuar a necessidade de leitura da ficha técnica dos autores, tarefa metodológica básica para todo pesquisador desse tipo de objeto, acaba por comprovar que:

A autoria do livro didático tem passado por transformações ligadas às especificidades desse produto cultural, notadamente o retorno financeiro considerável que ele traz, sobretudo no caso de países como o Brasil, com um expressivo público escolar e um mercado assegurado pelo Estado na compra e distribuição de livros para as escolas públicas (BITTENCOURT, 2004, p.477).

O livro didático adotado para tal pesquisa é o "Conexões com a História - Volume 3", da Editora Moderna. O exemplar voltado para a terceira série do Ensino Médio, de autoria de Letícia Fagundes de Oliveira e Alexandre Alves, compreende a História a partir da expansão imperialista aos dias atuais. O material está na segunda edição que foi publicada em 2013.

Alexandre Alves é doutor em Ciências (área: História Econômica) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo. Letícia Fagundes de Oliveira é mestre em Ciências (área: História Social) pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e professora adjunta de História no Ensino Superior.

A organização do volume se dá de maneira bem didática e facilita bastante o trabalho do professor e também a compreensão do aluno. As unidades possuem uma abertura repleta de

infográficos, textos, imagens fazendo referência aos acontecimentos que serão abordados. Enquanto isso, cada capítulo se inicia apresentando os objetivos e palavras-chave com um texto introdutório sobre a temática que será abordada.



- Título: Conexões com a História.
- Autores: Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira.
- Editora: Moderna.
- PNLD: 2015,2016 e 2017.

Dentro da unidade existe uma seção por nome "controvérsias", espaço voltado para questões polêmicas que dividem pesquisadores. No boxe "conceitos históricos" expõem-se às principais definições através da contextualização histórica de conceitos importantes. Na seção "analisar um documento histórico" professor e aluno são orientados a examinar fontes históricas presentes no livro como textos, pinturas, cartazes, esculturas, músicas e etc.

A seção "ampliando conhecimentos" traz informações adicionais ao que já foi trabalhado pelo livro, enquanto que a "trabalhando com..." traz roteiros de trabalho com filmes, sites, músicas e livros. Na parte final de cada capítulo existem atividades para que os alunos exercitem o conteúdo trabalhado, através também da seção "praticando ENEM e vestibular". Ao final de cada unidade apresenta-se a seção "diálogos com a arte", onde contém expressões artísticas que dialogam com o conteúdo já trabalhado.

No manual do professor, dividido em partes, existe uma problematização do papel da história na sociedade, assim como questões inerentes à didática em sala de aula. No que se refere ao âmbito da historia contemporânea, recorte cronológico do volume em questão, a "apresentação da obra", na parte final do livro, traz uma discussão acerca do desafio de ensinar na era da informação.

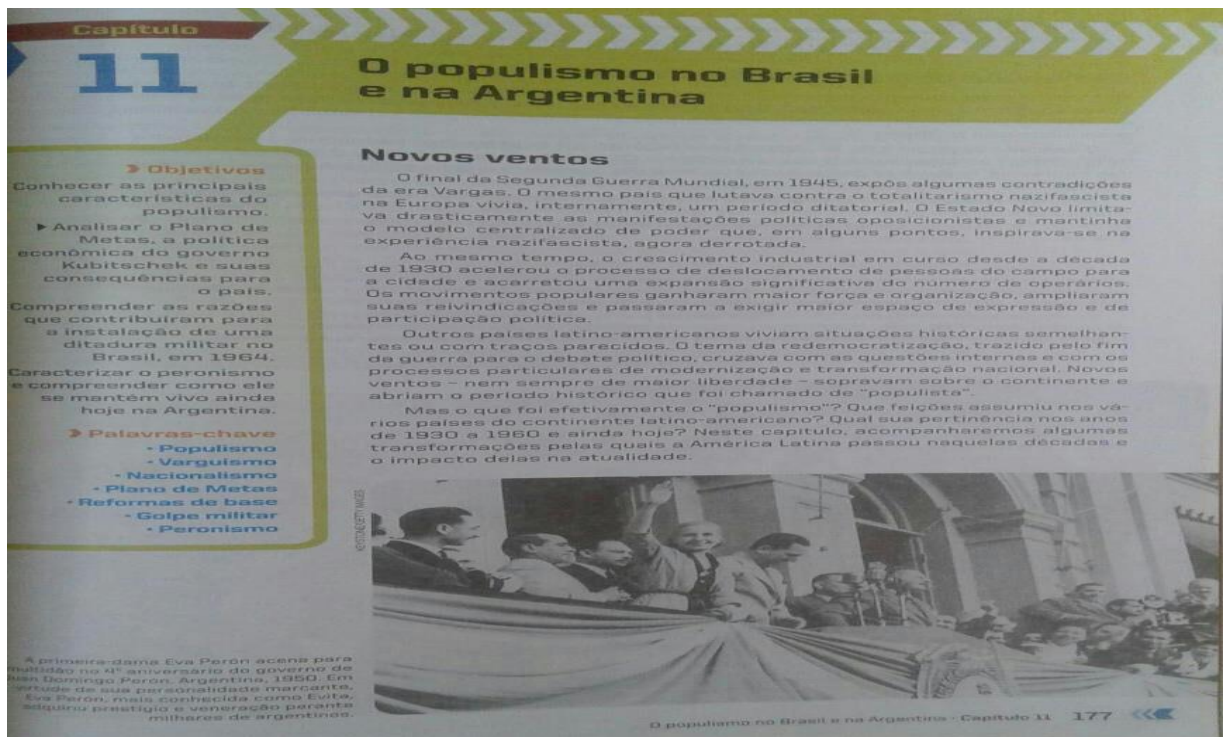
Os diálogos da história com diversas áreas também se faz presente de maneira pontual em temas como diversidade cultural, cidadania, ciência, tecnologia, interdisciplinaridade e meio ambiente. Um importante debate pontua elementos sistemáticos do território do historiador nos dias atuais. Temáticas outrora alijadas, hoje são ricos objetos de estudo, representando um avanço na pesquisa histórica, fruto da inovação teórico-metodológica advinda da Escola dos Annales⁹.

Finalizando a parte estrutural do livro, temos as "orientações específicas para o volume". Como o nome já diz, esse fragmento do livro apresenta a grade de conteúdos dividida em unidades, temas, análise de documento histórico, controvérsias, diálogos com a arte, trabalhando com..., seções antes citadas e detalhadas. Paralelo a isso, nas páginas finais do livro, apresentam-se sugestões para o professor e aluno, ou seja, propostas de sites, filmes, leituras e atividades interdisciplinares.

Após uma análise técnica do material didático em questão, adentraremos na reflexão do conteúdo relativo ao período populista contido em tal livro. No texto introdutório do capítulo intitulado “Novos ventos” é feita uma rápida contextualização histórica da América Latina enfatizando o recorte cronológico adotado pelos autores para delimitar a experiência do populismo:

Mas o que foi efetivamente o “populismo”¿ Que feições assumiu nos vários países do continente latino-americano¿ Qual sua pertinência nos anos de 1930 a 1960 e ainda hoje¿ Neste capítulo, acompanharemos algumas transformações pelas quais a América Latina passou naquelas décadas e o impacto delas na atualidade. (ALVES, 2013, p.177)

⁹ A *Escola dos Annales* foi um movimento historiográfico surgido na França, durante a primeira metade do século XX. Desde o século XVIII, quando a História passou a ser notada como ciência, os métodos de se escrever e pensar sobre História conquistaram grande evolução. A historiografia passou por grandes modificações metodológicas que permitiram maior conhecimento do cotidiano do passado, através da incorporação de novos tipos de fontes de pesquisa. Ainda assim, no início do século XX, questionava-se muito sobre uma historiografia baseada em instituições e nas elites, a qual dava muita relevância a fatos e datas, de uma forma positivista, sem aprofundar grandes análises de estrutura e conjuntura. Em 1929, surgiu na França uma revista intitulada *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch. Ao longo da década de 1930, a revista se tornaria símbolo de uma nova corrente historiográfica identificada como Escola dos Annales. A proposta inicial do periódico era se livrar de uma visão positivista da escrita da História que havia dominado o final do século XIX e início do XX. Sob esta visão, a História era relatada como uma crônica de acontecimentos, o novo modelo pretendia em substituir as visões breves anteriores por análises de processos de longa duração com a finalidade de permitir maior e melhor compreensão das civilizações das “mentalidades”. O novo movimento historiográfico foi muito impactante e renovador, colocando em questionamento a historiografia tradicional e apresentando novos e ricos elementos para o conhecimento das sociedades. Apresentava uma História bem mais vasta do que a que era praticada até então, apresentando todos os aspectos possíveis da vida humana ligada à análise das estruturas. Para maiores detalhes, ver BURKE, 1997).



Conexões com a História, Editora Moderna. PNLD 2015,2016 e 2017. Páginas 177 e 184

Em relação recorte temporal, existe uma atualidade com o debate historiográfico exposto anteriormente, ou seja, uma o material aponta um avanço nas discussões sobre o tema no sentido de apresentar o processo de deslocamento de caráter agroexportador do Brasil para uma essência urbano-industrial. Ao debater o conceito percebemos no livro didático uma maior prevalência de uma análise mais contemporânea, como nota-se no trecho:

Nessa mudança historiográfica, ainda hoje em curso, o conceito de populismo passou a conviver com a noção de política das massas e com o estudo dos mecanismos de exercício do poder que foram utilizados em tantas partes da América Latina entre as décadas de 1930 a 1960. (ALVES, 2013, p. 178).

Percebe-se uma dedicação em revisitar o tema a partir de uma reflexão das novas produções históricas acerca do tema, superando as visões tradicionais de relacionar o populismo ao protagonismo de líderes políticos “carismáticos” que se utilizava de políticas públicas assistencialistas visando à conciliação de classes, ora acenando para as classes dominantes, ora classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos, levando em considerações as elaborações teóricas a respeito do manual escolar citadas anteriormente, que o livro didático, a partir de sua utilização enquanto fonte de pesquisa histórica aponta consideráveis alterações quanto ao nível de ingerência entre os mais variados sujeitos como também modificações das políticas educacionais referentes a esse significativo objeto cultural e político.

Neste sentido, a partir do material didático analisado, podemos identificar certo distanciamento entre alguns conceitos e interpretações sobre o período populista, o governo João Goulart e o golpe de 1964 transmitidos por estas ferramentas pedagógicas e aquilo que está atualmente sendo discutido e interpretado pela historiografia sobre a temática dentro das universidades brasileiras.

Esse afastamento entre o estado da arte dentro do campo historiográfico brasileiro sobre esse período da História Contemporânea Brasileira e o conteúdo disponível para os alunos da educação básica constitui um problema de primeira urgência. É nesse rumo que a proposta de tal pesquisa caminha, visando, se não a solução total desta querela, uma harmonia entre o saber acadêmico, advindo da historiografia, e o saber escolar, presente no ensino básico do Maranhão.

REFERÊNCIAS

Fontes documentais

ALVES, Alexandre. **Conexões com a história**\ Alexandre Alves, Letícia Fagundes de Oliveira.-2.ed.-São Paulo, Moderna, 2013.

Fontes Bibliográficas

AZEVEDO, Crislaine Barbosa; LIMA, Aline Cristina Silva. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de história e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.

CHOPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. **Cadernos Cedes**, ano XX, no 52, novembro/2000.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. São Luís: Edufma, 2006.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge . **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

LDB nacional [recurso eletrônico] : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 11. ed. –Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação ; n. 159).

MARTINS, Estevão C. de Rezende. História: consciência, pensamento, cultura, ensino. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 43-58, out./dez. 2011. Editora UFPR.

Parâmetros Curriculares Nacionais: História. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PERRENOUD, Philippe. (org). As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação - Porto Alegre: Artmed editora, 2002.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **O que e como ensinar: pro uma história prazerosa e consequente**. In: KARNAL, Leandro (Org). História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. 3.ed – São Paulo: Contexto, 2005.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: [s.n], 2007.

ROCHA, Célia A. **O livro didático como fonte documental de pesquisa para a investigação do discurso eugênico na educação (1946-1961)**.

SALLES, André Mendes. O livro didático como objeto e fonte de pesquisa histórica e educacional. **Revista Semina V10** - 2º semestre/2011.

SILVA, Marco Antonio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 - 2010